

JOÃO BOSCO RABELLO

Os vereadores federais

Os mais familiarizados com o processo legislativo e que acompanham o dia-a-dia do Congresso sabem de uma conta que o tempo cuidou de banalizar, mas que exibe uma proporção surpreendente: os deputados federais são 503, mas a Câmara funciona sob a batuta de um número que não chega a 50. Essa conta, apresentada ao País há dias pelo candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, é verdadeira. Explicá-la como fruto de uma picaretagem compulsiva dos mais de 300 deputados restantes, que não influem no contexto parlamentar, é que agride a instituição, além de exibir uma raiva cega até então desconhecida no líder do PT.

A conta de Lula resulta de uma distorção responsável, nas últimas décadas, por uma gradativa perda de qualidade do Congresso Nacional. Teve o estímulo da ditadura militar, que transformou congressistas em procuradores, mas tem causa principal na centralização, em Brasília, das estruturas mais indispensáveis à vida dos Estados e municípios, como educação, saúde, saneamento e habitação, entre outras. Por serem federais, essas estruturas atraem para a Câmara dos Deputados políticos de formação limitada, comprometidos exclusivamente com programas objetivos de caráter municipal, mais apropriados às câmaras de vereadores do que ao Congresso Nacional.

Para o eleitor comum, bolsas de estudo, programas habitacionais, obras que resultem na melhoria de qualidade de vida de suas cidades e providências do gênero são obtidas por deputados federais. E os elegem para esse fim. Os deputados, por sua vez, se desincubem das tarefas para as quais foram eleitos, num círculo vicioso interminável: uma vez eleitos, vão trabalhar por aquilo que lhes garanta a renovação dos mandatos — a ponte, a merenda escolar, calçadas para o município, canos de esgoto para ruas e vilas. Se prevalece o trabalho no varejo, a escolha do eleitor não se dá pelo critério da qualidade intelectual e política do candidato: ele vai eleger quem mostrar mais competência para trabalhar em Brasília como despa-

chante do município. Um trabalho que não desonra e que tem seu mérito, mas que é do vereador.

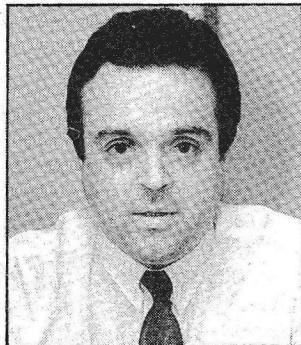
É no mínimo injusto classificar como picareta o deputado com esse perfil. É uma sedução a que se deve resistir, pois ela tem origem na inconformação com a realidade de que preocupa mais a esse parlamentar a verba dos pequenos programas do que a discussão objetiva de um projeto nacional para a educação. Ele é o "vereador federal" e não se interessa pelos grandes temas nacionais — e, na maioria das vezes, sequer está preparado para discuti-los.

Sem a transferência dessas estruturas federais para os planos estadual e municipal, não se altera

a desproporção atual, que restringe a menos de 50 os parlamentares com alguma consistência ideológica e capacidade de formulação política. Por isso, uma casa que já teve representantes com a sofisticação política e intelectual de Raul Pila, Carlos Lacerda, Octávio Mangabeira e Afonso Arinos de Mello Franco, para ficar nos exemplos que vêm à memória, hoje acusa a carência de quadros capazes de pensar o País. Há mais de 300 vereadores com mandato federal.

No recente episódio da votação da nova legislação eleitoral, essa distorção ficou clara. Aprovou-se uma lei eleitoral que não teve discussão e nem voto do plenário e que resultou do tradicional acordo de lideranças — o pacto que esse núcleo pensante do Congresso faz à revelia das bancadas. O sistema eleitoral, de importância vital para o País, não foi discutido. Votou-se uma lei, não para as eleições — mas para a próxima eleição. Como, de resto, vem sendo feito há décadas.

O Senado, tradicionalmente mais reflexivo e maduro, também sente os efeitos dessa distorção e já não exibe uniformidade na qualidade de sua representação. E sente-se tentado a operar também no varejo. O explosivo caso do decreto legislativo que atendeu a interesse paroquial do Canadá, de duvidoso sentido ético, além da exceção condenável, inseriu a casa, por influência do Itamaraty, no contexto da discussão policial.



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

Eleitor prefere quem for capaz de trabalhar em Brasília como despachante do município